

AGENDA CORPORATIVA PÓS-MODERNA: INTEGRAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO SETOR AGROPECUÁRIO**POSTMODERN CORPORATE AGENDA: SOCIO-ENVIRONMENTAL INTEGRATION IN THE AGRICULTURAL SECTOR****AGENDA CORPORATIVA POSMODERNA: INTEGRACIÓN SOCIOAMBIENTAL EN EL SECTOR AGRÍCOLA**

10.56238/revgeov16n5-263

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Instituição: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

E-mail: sergio.vilela@embrapa.br

Orcid: <http://orcid.org/0009-0008-9714-9819>**Christiane Carvalho Veloso**

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: christiane.veloso@ufpi.edu.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7545-6761>**RESUMO**

A inclusão da dimensão socioambiental na avaliação de empresas tornou-se relevante nas últimas décadas do século XX quando o conceito de desenvolvimento sustentável destacou a necessidade de aliar crescimento econômico à preservação ambiental e à responsabilidade social. O desempenho econômico passou a ser interligado à responsabilidade socioambiental das organizações. O setor agropecuário, no entanto, continua sendo destaque nos processos de degradação ambiental, enfrentando críticas pelo baixo cumprimento de regulações trabalhistas, pela ausência de práticas socialmente inclusivas e pelo limitado apoio às comunidades locais. Essas questões reforçam a urgência de transformações no setor. Este artigo propõe estratégias para superar lacunas persistentes em empresas privadas do setor agropecuário. As soluções apresentadas estão baseadas nas interconexões entre a Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC), as métricas de Environmental Social Governance (ESG) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, o estudo conclui que a articulação estratégica entre esses elementos é uma ferramenta eficiente para implementar padrões robustos de responsabilidade socioambiental no setor agropecuário. Essa integração permite alinhar o setor às demandas globais por ações contra a crise climática e pela promoção da justiça social, fortalecendo sua atuação no mercado global.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa. Crise Climática. ODS. ESG.**ABSTRACT**

The inclusion of the socio-environmental dimension in the evaluation of companies became relevant in the last decades of the 20th century when the concept of sustainable development highlighted the need to combine economic growth with environmental preservation and social responsibility.



Economic performance became interconnected with the socio-environmental responsibility of organizations. However, the agricultural sector remains a key contributor to environmental degradation, facing criticism for low compliance with labor regulations, the absence of socially inclusive practices, and limited support for local communities. These issues underscore the urgency of transformations in the sector. This article proposes strategies to overcome persistent gaps in private companies within the agricultural sector. The proposed solutions are based on the interconnections between Corporate Socio-Environmental Responsibility (CSR), Environmental Social Governance (ESG) metrics, and the Sustainable Development Goals (SDGs). With a qualitative, descriptive, and analytical approach, the study concludes that the strategic articulation of these elements is an effective tool for implementing robust socio-environmental responsibility standards in the agricultural sector. This integration allows the sector to align with global demands for action against the climate crisis and the promotion of social justice, thereby strengthening its performance in the global market.

Keywords: Corporate Social Responsibility. Climate Crisis. SDGs. ESG.

RESUMEN

La inclusión de la dimensión socioambiental en la evaluación de empresas cobró relevancia en las últimas décadas del siglo XX, cuando el concepto de desarrollo sostenible resaltó la necesidad de combinar el crecimiento económico con la preservación del medio ambiente y la responsabilidad social. El desempeño económico se interconectó con la responsabilidad socioambiental de las organizaciones. Sin embargo, el sector agrícola continúa destacándose en los procesos de degradación ambiental, enfrentando críticas por el bajo cumplimiento de las regulaciones laborales, la ausencia de prácticas socialmente inclusivas y el limitado apoyo a las comunidades locales. Estas problemáticas refuerzan la urgencia de las transformaciones en el sector. Este artículo propone estrategias para superar las brechas persistentes en las empresas privadas del sector agrícola. Las soluciones presentadas se basan en las interconexiones entre la Responsabilidad Social Corporativa (RSC), las métricas de Gobernanza Social Ambiental (ASG) y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Con un enfoque cualitativo, descriptivo y analítico, el estudio concluye que la articulación estratégica entre estos elementos es una herramienta eficiente para implementar estándares robustos de responsabilidad socioambiental en el sector agrícola. Esta integración permite al sector alinearse con las demandas globales de acción contra la crisis climática y la promoción de la justicia social, fortaleciendo su desempeño en el mercado global.

Palabras clave: Responsabilidad Social Corporativa. Crisis Climática. ODS. ESG.



1 INTRODUÇÃO

A inclusão da dimensão socioambiental na avaliação de empresas é uma tendência que ganhou força a partir das últimas décadas do século XX, quando se percebeu que o desempenho econômico das organizações estava intimamente ligado à sua responsabilidade social e ambiental (Pinheiro; Pinheiro; Paiva, 2023). Movimentos como o Relatório Brundtland, em 1987, estabeleceram o conceito de desenvolvimento sustentável, destacando a necessidade de um crescimento econômico que atendesse às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991). Com o passar do tempo, essas questões passaram a fazer parte das métricas de avaliação empresarial, especialmente em resposta às pressões de consumidores mais conscientes, investidores e regulamentações governamentais. (Souza; Brighenti; Hein, 2016). Surgiu, assim, o termo Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC) que representa, por assim dizer, uma noção de sustentabilidade *strictu sensu*, ou seja, a sustentabilidade (que tem abrangência universal ou *latu sensu*) aplicada no âmbito corporativo, portanto, *strictu sensu*.

Na condição de protagonista da transformação de bens naturais em bens de consumo alimentar e em matérias primas, o setor privado, especialmente o agronegócio, desempenha um papel importante, tanto na geração da crise climática quanto, paradoxalmente, no seu combate. O agronegócio é responsável por práticas produtivas que impactam significativamente os recursos naturais, mas também possui o potencial de implementar estratégias regenerativas para mitigar esses impactos a partir da inovação tecnológica. Estudos recentes reforçam que o setor privado, com destaque para o agronegócio, carrega uma responsabilidade maior em relação à crise climática devido à sua influência nas cadeias produtivas e na governança ambiental (Alvarez-Ochoa; Rendón Acevedo; Naranjo Tuesta, 2024; Mota; Leite; Ghasemi, 2024).

O protagonismo do setor agropecuário na crise climática deve-se, historicamente, ao uso intensivo de recursos naturais, como o solo e a água, além das emissões significativas de gases de efeito estufa, como o carbono e o metano, resultantes de processos produtivos, como o uso alternativo do solo, a queima de biomassa e a digestão de ruminantes. No entanto, novas tecnologias e práticas sustentáveis têm emergido como alternativas regenerativas, capazes de mitigar os impactos ambientais. Estratégias como a Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF), Sistemas Agroflorestais (SAF), agricultura orgânica e o uso de tecnologias como Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN), adubação verde, cobertura de solo, rotação de culturas, plantio direto, controle biológico de pragas e doenças, melhoramento genético e reuso de água, ilustram o potencial do setor em adotar práticas sustentáveis e manter seu papel central na produção de alimentos e matérias-primas. Conforme Alvarez-Ochoa et al. (2024), “a inovação tecnológica e o desempenho ambiental no agronegócio são pilares essenciais que surgem ou ressurgem para configurar um novo padrão tecnológico e reposicionar o setor como protagonista no combate à crise climática”.



Neste novo cenário, três mecanismos surgem como ferramentas referenciais que, quando bem utilizadas, favorecem a integração das empresas em um mundo contemporâneo pautado por princípios regenerativos, de justiça social e de transparência corporativa. Os mecanismos referidos são objetivos, metas e métricas materializados na Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC), nas práticas Environmental Social Governance (ESG) e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais oferecem diretrizes complementares para práticas empresariais. Estudos indicam que a adoção integrada dessas abordagens pode gerar resultados significativos, promovendo a resiliência corporativa e o fortalecimento das organizações frente às turbulências sociais, econômicas e ambientais em curso (Nascimento, 2023; Krug; Padula; Waquil, 2024). Particularmente no setor agropecuário, a integração desses mecanismos contribui para o combate à crise climática, a valorização financeiro-econômica e a construção de uma reputação sólida, revertendo percepções negativas que historicamente marcam o setor e ampliando seu impacto positivo no cumprimento dos ODS (Krug; Padula; Waquil, 2024).

Portanto, as principais questões a serem equacionadas dizem respeito a: (a) como esses mecanismos podem interagir de forma complementar no setor agropecuário; (b) quais benefícios essa integração pode oferecer em termos de reputação, valor econômico-financeiro e impacto ambiental; e (c) quais são os principais entraves para a implementação efetiva desses mecanismos no setor.

O problema de pesquisa foi estruturado em torno da seguinte questão central: como integrar os conceitos de Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC); Environmental, Social and Governance (ESG); e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na formulação de uma agenda corporativa de sustentabilidade focada na responsabilidade socioambiental do setor agropecuário? Para abordar esse desafio, estabelece-se como objetivo geral a proposição de uma estratégia que integre conceitos, ferramentas, metas e indicadores de RSC, ESG e ODS, visando à criação de uma agenda corporativa de sustentabilidade robusta e alinhada às demandas contemporâneas.

A pesquisa se justifica pela necessidade de integração efetiva das abordagens de Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC), ESG e ODS como pilares de uma agenda corporativa que não apenas atenda às expectativas de stakeholders, mas também fortaleça a reputação e a resiliência do setor agropecuário frente às crises socioeconômicas e ambientais. Ao avaliar como essas abordagens podem ser implementadas de forma sinérgica, o estudo busca contribuir para a construção de estratégias empresariais que agreguem valor econômico, promovam justiça social e garantam a sustentabilidade ambiental, configurando o setor como protagonista no combate às mudanças climáticas e no avanço dos ODS.

A metodologia consistiu em mapear o estado da arte das práticas de RSC no setor agropecuário, analisando tendências e desafios, e propor uma abordagem integradora que conecte RSC, ESG e ODS, destacando estratégias sustentáveis e oportunidades de implementação.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA (RSC).

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) pode ser compreendida como um conjunto de práticas voluntárias adotadas pelas empresas, que vão além de suas obrigações legais, promovendo o bem social e contribuindo, em alguns casos, para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental (Mcwilliams; Siegel, 2001). Tradicionalmente, a RSC estava mais voltada para aspectos sociais, como ética no ambiente de trabalho, envolvimento com a comunidade e transparência nas práticas corporativas. No entanto, segundo Schrippe e Medeiros (2019), nas últimas décadas, ela se expandiu para incorporar de maneira explícita a dimensão ambiental, refletindo a crescente preocupação com os impactos da atividade econômica sobre o planeta.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está alinhada com a visão de Freeman (1984), que propõe que as empresas devem equilibrar os interesses de todos os stakeholders, incluindo colaboradores, comunidades e o meio ambiente, promovendo práticas éticas e transparentes que agreguem valor a longo prazo.

A partir dos anos 1990 e 2000, o conceito de RSC evoluiu para abraçar práticas que fossem sustentáveis, ampliando seu escopo para incluir o bem-estar social e ambiental, como descrito por Carroll (1999). Esse movimento também foi impulsionado por organizações internacionais e diretrizes globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e os critérios ESG (Environmental, Social, Governance), que promovem uma integração mais profunda da sustentabilidade nos negócios (Costa; Ferezin, 2021).

O setor agropecuário apresenta características particulares que tornam a RSC ainda mais relevante. Suas atividades possuem um impacto direto e substancial sobre o meio ambiente, os ecossistemas e as comunidades rurais. Dessa forma, práticas de RSC no setor agropecuário precisam considerar:

- a) Conservação de Recursos Naturais - A agricultura e a pecuária são grandes consumidoras de água e dependem de solos férteis e clima estável. A conservação de recursos como água e solo é essencial para a sustentabilidade do setor, evitando práticas como a irrigação ineficiente e a degradação do solo, que podem comprometer a produtividade e a disponibilidade de recursos no longo prazo. Conforme defendido pela Embrapa (2018) práticas como a rotação de culturas, o uso de adubação verde e a uso de controle biológico de pragas e doenças são estratégias de RSC que contribuem para mitigar efeitos negativos da atividade, preservando o solo e os recursos hídricos.
- b) Proteção de Ecossistemas e Biodiversidade - O setor agropecuário é um dos principais responsáveis pelo desmatamento e pela perda de biodiversidade em áreas sensíveis, como a Amazônia. Franco (2012) destaca que iniciativas como restauração de áreas degradadas,



criação de áreas de preservação permanentes, manejo florestal sustentável e criação de corredores ecológicos são fundamentais para proteger ecossistemas, promovendo práticas que ajudam no combate às mudanças climáticas.

- c) Apoio ao Desenvolvimento Socioeconômico das Comunidades Rurais - O setor agropecuário frequentemente opera em áreas rurais e gera empregos para comunidades locais, mas pode provocar alterações significativas nos modos de vida tradicionais e reduzir ou interromper a prática de atividades extensivas tradicionais das comunidades, gerando desequilíbrio sociocultural e econômico local. Pretty et al. (1995) destacam que o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais deve considerar os modos de vida tradicionais e as necessidades locais, evitando impactos negativos que possam desestabilizar essas populações. Práticas como investimentos em educação, saúde e comércio justo, podem fortalecer a resiliência social e econômica dessas comunidades, promovendo benefícios a longo prazo.
- d) Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa - Raveloaritiana e Wanger (2024) destacam que o setor agropecuário é um dos principais emissores de gases de efeito estufa, como metano e óxido nitroso, mas práticas inovadoras, incluindo o manejo sustentável do gado e o uso de tecnologias de captura de carbono, podem mitigar significativamente esses impactos. Tais ações são fundamentais para alinhar o setor agropecuário a práticas de RSC voltadas à sustentabilidade ambiental.
- e) Inovação em Práticas Sustentáveis - A inovação em técnicas de cultivo e manejo sustentável, como a agroecologia e a agricultura regenerativa, também faz parte das iniciativas de RSC no setor agropecuário. Essas práticas visam maximizar a produtividade enquanto minimizam o impacto ambiental e melhoram a qualidade dos alimentos pela redução do uso de insumos químicos (adubos, agrotóxicos, medicamentos, entre outros), priorizando processos baseados em tecnologias e técnicas biológicas que dão origem a produtos orgânicos e preservam a biodiversidade e os ecossistemas. (Embrapa, 2018).

A adoção de práticas de RSC tem um impacto direto na reputação corporativa. Empresas que demonstram responsabilidade socioambiental conquistam uma imagem positiva entre consumidores, investidores e a sociedade em geral, criando uma percepção de compromisso com valores éticos e sustentáveis. No setor agropecuário, onde os impactos ambientais são facilmente perceptíveis, essa percepção se torna ainda mais importante. (Orlitzky; Siegel; Waldman, 2011).

Empresas agropecuárias que se engajam na Responsabilidade Social Corporativa (RSC) são percebidas como mais confiáveis e inovadoras, fortalecendo sua imagem e atraindo consumidores conscientes e investidores que buscam empresas com compromisso socioambiental. Conforme Machado et al. (2023), a aplicação de práticas sustentáveis no setor agropecuário “permite a entrada



de novas oportunidades de negócio e um diferencial competitivo”, além de contribuir positivamente para o meio ambiente e a sociedade.

Para medir o desempenho socioambiental das empresas, especialmente no setor agropecuário, diversos indicadores têm sido amplamente utilizados. Conforme evidenciado por Machado et al. (2023), grandes empresas do setor, como JBS, Raízen e Ambev, implementam métricas que incluem: Emissões de GEE monitoradas por protocolos internacionais; Eficiência Energética com investimentos em energias renováveis; Consumo de Água e resíduos com práticas de reuso e economia circular; e Inclusão e Diversidade com programas específicos para empoderamento de minorias.

Conforme Machado et al. (2023), práticas de sustentabilidade robustas não só garantem benefícios econômico-financeiros, como redução de custos e acesso a melhores linhas de crédito, mas também fortalecem a reputação corporativa ao destacar a transparência e o compromisso socioambiental. Além disso, a RSC promove impactos sociais positivos, como inclusão e capacitação, ao mesmo tempo em que contribui para a mitigação das mudanças climáticas, alinhando as empresas aos objetivos globais de sustentabilidade.

2.2 ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE (ESG)

O indicador ESG é fruto de uma evolução natural das práticas financeiras tradicionais, surgindo como uma resposta à crescente necessidade de se avaliar as empresas de forma mais ampla e responsável. Enquanto o mercado financeiro até os anos 1990 focava exclusivamente em métricas econômicas e de retorno financeiro, as limitações dessa abordagem tornaram-se evidentes diante de um mundo marcado por crises ambientais, mudanças climáticas e desafios sociais. A consolidação do ESG ocorreu com a publicação do relatório "Who Cares Wins" em 2004, uma iniciativa do Pacto Global da ONU que destacou a importância de integrar fatores ambientais, sociais e de governança nas decisões corporativas e de investimento (Carroll, 1999; Eccles et al., 2014). Segundo Orlitzky, Siegel e Waldman (2011), essa integração é crucial para alinhar práticas empresariais às demandas globais por sustentabilidade e ética.

No cenário corporativo atual, o ESG representa um novo paradigma de avaliação, redefinindo a maneira como empresas e investidores percebem o valor e o impacto das organizações. Não mais restritas ao curto prazo, as análises ESG permitem medir o desempenho econômico e ético de uma empresa, abordando riscos não financeiros, como problemas regulatórios, reputacionais e ambientais. Conforme Costa e Ferezin (2021), o ESG funciona como um tripé que, ao unir governança eficiente, práticas socioambientais e inovação, torna-se determinante para o sucesso empresarial a longo prazo. Empresas que ignoram esses fatores estão mais expostas a multas, perda de clientes e desvalorização no mercado. Por outro lado, aquelas que adotam práticas ESG robustas enxergam oportunidades de



inovação em áreas como energia renovável, eficiência hídrica e economia circular, fortalecendo sua competitividade e reduzindo custos operacionais (Friede; Busch; Bassen, 2015; Pretty et al., 1995).

O ESG não é apenas um diferencial competitivo, mas também um critério decisivo para investidores. A ascensão de fundos sustentáveis e green bonds evidencia que o mercado financeiro valoriza empresas com retorno financeiro aliado a impacto positivo no meio ambiente e na sociedade. Krug, Padula e Waquil (2024) destacam que cooperativas agropecuárias que implementam práticas ESG demonstram melhor desempenho econômico e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), facilitando o acesso a financiamentos com condições favoráveis. De acordo com Khan, Serafeim e Yoon (2016), empresas bem avaliadas em métricas ESG exibem menor volatilidade, maior estabilidade em tempos de crise e uma relação risco-retorno mais atrativa, fortalecendo seu posicionamento no mercado financeiro global.

Além de atrair investimentos, o ESG contribui diretamente para a construção de uma reputação sólida e confiável, um ativo intangível essencial no mercado moderno. Em uma sociedade cada vez mais consciente, consumidores optam por marcas alinhadas a valores éticos e sustentáveis. Segundo Pinheiro, Pinheiro e Paiva (2023), a *Responsabilidade Socioambiental Corporativa* está diretamente relacionada ao desempenho financeiro, pois empresas com práticas sustentáveis conquistam a fidelidade dos clientes e mantêm um posicionamento sólido no mercado. Essa percepção positiva também afeta a atração e retenção de talentos, especialmente das novas gerações, que priorizam ambientes de trabalho responsáveis e inclusivos (Bhattacharya; Sem; Korschun, 2008).

No campo social, o impacto do ESG é igualmente transformador. Políticas que incentivam a inclusão de minorias, a paridade salarial de gênero e o respeito aos direitos humanos promovem ambientes de trabalho mais justos e colaborativos, contribuindo para a redução das desigualdades sociais (Adams; Ferreira, 2009). Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), práticas sustentáveis têm o potencial de fortalecer a coesão social e promover uma economia equitativa. Empresas que adotam iniciativas voltadas para saúde, educação e capacitação criam impactos positivos duradouros, gerando valor para a comunidade e melhorando a qualidade de vida das pessoas envolvidas (Porter; Kramer, 2011).

Por fim, o ESG reflete a resiliência econômica das empresas em um cenário de crescente instabilidade climática e regulatória. Comprometidas com a sustentabilidade, essas organizações demonstram maior capacidade de adaptação a crises, mitigando riscos financeiros e consolidando sua posição no mercado global (Clark; Feiner; Viehs, 2015). A implementação de práticas como a redução de emissões de GEE e o incentivo à economia circular permite que empresas garantam sua longevidade, oferecendo retornos sustentáveis e benefícios consistentes a stakeholders e investidores (Raveloaritiana; Wanger, 2024).



2.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados em 2015 no contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), representam um marco global para o desenvolvimento sustentável, ao integrar de forma abrangente as dimensões econômica, social e ambiental. Os ODS sucederam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000, mas ampliaram o escopo de suas metas para abordar não apenas a redução da pobreza extrema, mas também desafios globais como mudanças climáticas, desigualdade de gênero, educação de qualidade e promoção da paz. Essa estrutura com 17 objetivos e 169 metas oferece um plano de ação global para que governos, setor privado e sociedade civil trabalhem conjuntamente na busca por prosperidade e sustentabilidade, estabelecendo, assim, um novo paradigma para o engajamento coletivo em prol de um futuro mais equilibrado (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991; Porter; Kramer, 2011).

No contexto corporativo, empresas que incorporam os ODS às suas práticas conseguem alinhar suas estratégias aos principais desafios globais, ao mesmo tempo em que reforçam seu papel como agentes de transformação. Essa abordagem, que combina metas globais com ações específicas, é especialmente relevante para setores como o agropecuário, cuja atuação impacta diretamente os recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades rurais. No setor agropecuário, dada a amplitude e a diversidade das suas atividades produtivas, pode-se relacionar os ODS 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15 como passíveis de recebimento de suas contribuições. Percebe-se que quase todos os ODS possuem interface potencial com a agropecuária, o que torna ainda mais relevante a sua contribuição. Segundo a Embrapa (2018), o setor agropecuário tem grande potencial para contribuir com diversos objetivos, incluindo aqueles voltados à fome zero, consumo responsável e ação climática, evidenciando sua importância na agenda de sustentabilidade.

Adotar os ODS também implica na criação de valor a longo prazo, uma vez que as empresas demonstram visão estratégica e compromisso com o futuro. Essa percepção é amplamente valorizada por investidores e stakeholders, que enxergam resiliência e inovação nas organizações que priorizam metas globais. Como destacam Krug, Padula e Waquil (2024), no setor agropecuário, onde a resiliência é um dos principais ativos intangíveis, alinhar-se aos ODS permite mitigar riscos climáticos e explorar oportunidades em mercados que valorizam práticas sustentáveis. Além disso, os ODS fornecem metas claras e mensuráveis que facilitam a criação de indicadores de desempenho, permitindo às empresas monitorarem seu impacto e comunicar de forma efetiva os resultados a seus stakeholders (Pinheiro; Pinheiro; Paiva, 2023).

No setor agropecuário, essa integração é particularmente relevante. Historicamente, o setor tem enfrentado desafios relacionados às relações trabalhistas e à degradação ambiental. Estudos indicam



que práticas inadequadas resultaram em desmatamento e impactos negativos nos ecossistemas (Quirino; Luiz; Dias, 1999; Agripino; Maracajá; Machado, 2021).

Contudo, diante da crise climática atual, o setor agropecuário assume, paradoxalmente, um papel crucial na mitigação e reversão dos danos ambientais. A adoção de práticas sustentáveis, como o Sistema de Plantio Direto e a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), tem se mostrado eficaz na redução de emissões de gases de efeito estufa e na promoção de uma agricultura mais resiliente (Embrapa, 2018; Silva, 2024).

Políticas que promovem a igualdade de gênero e o trabalho decente contribuem para a redução das desigualdades e criam ambientes de trabalho mais justos e inclusivos, como discutem Adams e Ferreira (2009). Essas práticas também incentivam o desenvolvimento comunitário, ao impulsionar investimentos em educação de qualidade e saúde, dois pilares fundamentais para melhorar a qualidade de vida das comunidades onde as empresas operam. Porter e Kramer (2011) argumentam que essas iniciativas não apenas beneficiam diretamente a sociedade, mas também fortalecem as economias locais, criando uma relação simbiótica entre empresas e comunidades.

Outro aspecto crucial do alinhamento aos ODS é o compromisso com a preservação ambiental e a mitigação das mudanças climáticas. Metas relacionadas à energia limpa, à redução de emissões de gases de efeito estufa e à economia circular refletem a responsabilidade ambiental das empresas e contribuem para a proteção dos recursos naturais. Raveloaritiana e Wanger (2024) enfatizam que essas práticas não apenas ajudam a preservar o meio ambiente para gerações futuras, mas também aumentam a reputação corporativa e fortalecem a resiliência organizacional, especialmente em setores dependentes de fatores ambientais, como o agropecuário.

Investidores têm dado atenção crescente ao alinhamento das empresas com os ODS, incorporando essas métricas em suas avaliações e processos de diligência. Empresas que demonstram compromisso claro com metas globais atraem investidores que buscam impacto positivo, como fundos de impacto e *green bonds*, que oferecem condições financeiras mais vantajosas para projetos sustentáveis. Essa atratividade gera vantagens competitivas significativas, permitindo que as empresas se destaquem no mercado e consolidem sua reputação. Além disso, ao adotar os ODS, as empresas aumentam sua eficiência operacional e reduzem custos, criando um ciclo de inovação que gera valor sustentável e diferenciação de mercado (Khan; Serafeim; Yoon, 2016).

Portanto, os ODS transformaram-se em um referencial global para o desenvolvimento sustentável e sua incorporação nas práticas empresariais representa uma evolução estratégica para o setor privado. Ao alinhar suas operações às metas globais, as empresas não apenas demonstram compromisso com o futuro, mas também se destacam no mercado, ganhando a confiança de investidores e consumidores.



3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de caráter descritivo e analítico, de natureza aplicada e com abordagem qualitativa. O estudo bibliográfico e documental permitiu o atingimento do objetivo geral que se traduz pela proposição de uma estratégia de integração das noções, instrumentos, metas e métricas de RSC, ESG e ODS na definição de uma agenda corporativa de sustentabilidade.

O processo metodológico foi estruturado em três etapas principais. A primeira etapa consistiu no planejamento da pesquisa bibliográfica, que envolveu a identificação de fontes relevantes para mapear a literatura existente sobre RSC, ESG e ODS no contexto agropecuário. Foram definidas palavras-chave específicas, como "RSC e agropecuária sustentável", "ODS e responsabilidade corporativa" e "integração RSC-ESG-ODS", aplicadas em bases de dados amplamente reconhecidas, como Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES. A pesquisa concentrou-se em publicações acadêmicas, relatórios institucionais e documentos oficiais que abordam a relação entre RSC, critérios ESG e os ODS no setor agropecuário. Este estudo limitou-se a publicações entre 2010 e 2025, com ênfase em estudos que exploram a interconexão entre esses conceitos.

A segunda etapa compreendeu a análise e síntese de documentos e publicações, incluindo uma avaliação crítica de publicações acadêmicas, relatórios institucionais e documentos oficiais. Nesse processo, destacaram-se resultados relevantes nas fontes selecionadas: no Portal de Periódicos da CAPES foram encontrados 10 artigos relacionados a "ODS e responsabilidade corporativa", enquanto no Google Scholar houve um volume significativo de resultados, com aproximadamente 3.120 registros para "RSC e agropecuária sustentável", dos quais apenas 3 artigos eram congruentes com a temática abordada neste estudo; 6.220 registros para "ODS e responsabilidade corporativa" e 5.910 para "integração RSC-ESG-ODS", sendo que somente 1 artigo apresentou relação direta com o tema. Dos 14 artigos identificados, foram considerados os mais citados e de maior relevância: Veroneze et al. (2021), Agripino et al. (2021), Lima e Ribeiro (2023), Quintana Sequeira et al. (2023) e Hernández-Pajares (2023).

A terceira etapa envolveu a estruturação do artigo científico, sistematizando os resultados da análise bibliográfica e documental para elaborar uma proposta que integre os conceitos de RSC, ESG e ODS em uma agenda de sustentabilidade alinhada com as demandas socioambientais do setor agropecuário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação entre RSC, ESG e ODS cria uma convergência entre práticas e metas de sustentabilidade no âmbito corporativo privado, pois, enquanto a RSC define princípios amplos de responsabilidade socioambiental, o ESG oferece métricas específicas no âmbito corporativo e os ODS estabelecem metas globais de impacto. Esses três elementos se complementam ao direcionar as



empresas na adoção de estratégias que buscam não só resultados financeiros, mas também impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente.

4.1 RSC E OS ODS

A RSC é a prática pela qual empresas desenvolvem ações para mitigar os impactos negativos de suas operações ao meio ambiente, contribuir para a redução das desigualdades sociais e garantir a transparência dos processos administrativos e contábeis sob seu auspício, assegurando, com isso, benefícios econômicos dada a conexão que estas ações criam com o novo ambiente influenciado pela “sociedade de stakeholders” (Freeman, 1984). Esse compromisso alinha-se diretamente aos ODS, que são uma agenda global com 17 objetivos, como erradicação da pobreza, redução das desigualdades, promoção da saúde e bem-estar, educação de qualidade, energia limpa e acessível, ação contra as mudanças climáticas e outros (Romão et al., 2023).

As empresas agropecuárias que adotam práticas de RSC podem contribuir para diversos ODS de maneira direta ou indireta, como por exemplo:

Quadro 01 – Prática RSC das empresas agropecuárias

| ODS | Contribuições das empresas agropecuárias | Fonte |
|--|--|---------------------------------|
| 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) | Como produtoras de alimentos e matérias-primas, as empresas agropecuárias podem contribuir para a erradicação da fome, o alcance da segurança alimentar, para a melhoraria da nutrição e para a promoção da agricultura sustentável. | Quintana Sequeira et al. (2023) |
| 7 (Energia Limpa e Acessível) | Empresas que investem em eficiência energética e fontes renováveis colaboraram para a ampliação do acesso à energia limpa. | Hernández-Pajares (2023) |
| 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) | As práticas de responsabilidade social, como a inclusão de minorias e a promoção de um ambiente de trabalho seguro, geram empregos de qualidade e fomentam o crescimento econômico inclusivo. | Veroneze et al. (2021) |
| 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) | Redução de emissões de GEE e adoção de práticas de economia circular contribuem para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. | Lima e Ribeiro (2023) |

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Trata-se, portanto, de mecanismos convergentes e interativos que buscam, latu-sensu, os mesmos objetivos globais. Neste caso, os ODS servem, com eficácia, para orientar a materialização das RSC, indicando ações concretas que contribuem para mitigar os impactos negativos resultantes das atividades produtivas de cada empresa, ressaltando-se que cada empresa tem especificidades e, por isso, suas estratégias também são específicas. Dessa forma, conforme Romão et al. (2023), “os ODS podem se configurar como um novo orientador para auxiliar as empresas na formulação e execução de sua RSC”.



4.2 ESG COMO ESTRUTURA PARA MEDIÇÃO E RELATO DOS ODS

Os critérios ESG podem ser utilizados como ferramentas para avaliar e medir como as empresas se posicionam e atuam em relação aos ODS. Os critérios ESG, apesar do seu alcance *strictu sensu*, fornecem um conjunto de indicadores e critérios específicos que ajudam a monitorar o progresso corporativo em direção às metas dos ODS, as quais, por natureza, possuem alcance global (*latu sensu*).

Quadro 02 – Conexão entre os critérios ESG e ODS

| Critério | Descrição | ODS | Fonte |
|----------------|--|--|---|
| Ambiental (E) | Permite que investidores e outros stakeholders monitorem se as empresas estão de fato mitigando seu impacto ambiental, implementando energias renováveis e praticando a economia circular. | Envolve práticas corporativas que têm impacto direto sobre o meio ambiente e contribuem para ODS como os objetivos 6 (Água Potável e Saneamento), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). | Quintana Sequeira et al. (2023) Hernández-Pajares (2023) |
| Social (S) | Mede o impacto da empresa no bem-estar dos colaboradores, no ambiente de trabalho, na promoção de igualdade de gênero, e no investimento em comunidades, aspectos que estão no cerne da RSC e dos ODS. | Alinha-se aos ODS 3 (Saúde e Bem-estar), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades). | Veroneze et al. (2021) Lima e Ribeiro (2023) |
| Governança (G) | É possível avaliar as boas práticas de transparência, inclusão e diversidade, elementos essenciais para um ambiente de negócios ético e sustentável. | Assegura a transparência, a ética e a integridade nas práticas corporativas, fundamentais para o alcance de ODS como o 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e o 17 (Parcerias e Meios de Implementação). | Veroneze et al. (2021) Hernández-Pajares (2023) |

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O quadro 02 reflete, de forma embasada, como os critérios ESG contribuem para o alcance dos ODS, integrando aspectos ambientais, sociais e de governança nas práticas corporativas.

Por oportuno, é importante considerar ainda que, dadas suas características intrínsecas, os mecanismos ESG oferecem oportunidades para sua utilização em qualquer tipo de empresa, dentre as quais as agropecuárias.

4.3 A RSC COMO ELEMENTO DE CONEXÃO ENTRE ESG E ODS

A RSC é uma ferramenta corporativa estratégica que materializa as diretrizes e metas dos ODS através de ações concretas no âmbito corporativo. Essa ferramenta também ajuda as empresas a se alinharem com os critérios ESG, tornando-se mais atrativas para investidores e outros stakeholders que buscam impacto positivo. No campo da agropecuária, tendo em conta a relevância da imagem negativa deste setor, acumulada ao longo do tempo, nas questões sociais (com destaque para questões



trabalhistas) e nos impactos ambientais (dada sua relação direta com a exploração de bens naturais e com ecossistemas), a utilização destes *frameworks* combinados (RSC, ESG e ODS) é considerada uma estratégia profícua para a adequação destas empresas ao ambiente corporativo contemporâneo da economia de stakeholders (Veroneze et al., 2021; Hernández-Pajares, 2023; Lima; Ribeiro, 2023; Quintana Sequeira et al., 2023). Neste sentido, a adoção de práticas de RSC favorece uma simbiose com o ESG e os ODS e, em decorrência, cria condições para:

- Facilitar o cumprimento das metas dos ODS: as empresas estabelecem contribuições diretas para metas globais de sustentabilidade atuando nos ODS a elas relacionados. No caso do setor agropecuário, os ODS mais próximos são: 2, 12, 13, 14 e 15 (Veroneze et al., 2021; Hernández-Pajares, 2023; Lima; Ribeiro, 2023; Quintana Sequeira et al., 2023).
- Atender às exigências de ESG: fornecendo dados confiáveis sobre ações ambientais, sociais e de governança. Dado o, ainda, baixo grau de profissionalização e formalização das empresas agropecuárias, a adoção do mecanismo/métrica ESG contribui significativamente para a reversão desta relativa informalidade, e se torna inexorável para as que já possuem alto nível de profissionalização (Veroneze et al., 2021; Hernández-Pajares, 2023; Lima; Ribeiro, 2023; Quintana Sequeira et al., 2023).
- Promover inovação e eficiência: investindo em tecnologias de baixo impacto ambiental, capacitação de colaboradores e práticas éticas, beneficiando-se de avanços tecnológicos e gerando valor compartilhado para a empresa e para a sociedade (Veroneze et al., 2021; Hernández-Pajares, 2023; Lima; Ribeiro, 2023; Quintana Sequeira et al., 2023).

4.4 BENEFÍCIOS E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ESG-ODS NO SETOR PRIVADO

A integração das práticas ESG com os ODS, por meio da RSC, traz vantagens significativas para o setor privado:

- Diferencial Estratégico: Empresas com práticas robustas de RSC, através da adoção dos critérios ESG, atraem mais investidores e consumidores conscientes. Segundo Veroneze et al. (2021), a integração de ESG com os ODS é percebida como um diferencial estratégico, aumentando a atratividade corporativa e a confiança de stakeholders, ao mesmo tempo em que fortalece a reputação das empresas no mercado competitivo. Quintana Sequeira et al. (2023) reforçam que, ao aderirem aos ODS, essas empresas se posicionam como parceiras do desenvolvimento sustentável, promovendo lealdade entre stakeholders e atraindo novos mercados.
- Acesso a Capital e Redução de Riscos: Empresas alinhadas com os ODS e que cumprem critérios ESG tendem a obter melhores condições de financiamento e apresentam maior resiliência a riscos regulatórios e climáticos. Lima e Ribeiro (2023) destacam que práticas ESG



melhoram a resiliência organizacional, especialmente no setor agropecuário, enquanto Hernández-Pajares (2023) aponta que o alinhamento com ESG e ODS garante maior acesso a capital ao reduzir riscos e melhorar a confiabilidade corporativa.

- Inovação e Eficiência Operacional: A adoção dos critérios ESG e a adesão aos ODS, no contexto da RSC, impulsionam a inovação e promovem a eficiência operacional. Veroneze et al. (2021) afirmam que o alinhamento com os ODS estimula o desenvolvimento de processos e produtos sustentáveis, enquanto Hernández-Pajares (2023) reforça que tais práticas reduzem desperdícios e otimizam recursos, gerando valor compartilhado para empresas e sociedade.

Contudo, há desafios na implementação integrada dos frameworks que objetivam ações de RSC. Os ODS, como metas globais, precisam ser adaptados aos contextos locais, o que implica considerar as especificidades culturais, econômicas e sociais das regiões onde as empresas atuam. Nesse sentido, práticas de ESG demandam uma abordagem contextualizada para respeitar as particularidades locais, conforme destacado por Veroneze et al. (2021), que enfatizam a necessidade de adaptar estratégias sustentáveis às características específicas de cada corporação e cada mercado. Além disso, cada ODS apresenta metas e indicadores distintos, e a integração com os critérios ESG exige ferramentas robustas de medição e auditoria para garantir um relato confiável, como apontado por Veroneze et al. (2021).

Apesar da complexidade inerente a essa integração simbiótica, a RSC emerge como a ferramenta central para alinhar as metas dos ODS aos critérios ESG, permitindo que as empresas transformem objetivos globais em ações locais e mensuráveis. Veroneze et al. (2021) destacam que a RSC promove um compromisso corporativo tangível com a sustentabilidade, criando uma base para a mensuração de impacto. Essa integração não apenas fortalece o alinhamento estratégico entre ESG e ODS, mas também proporciona uma contribuição direta do setor privado para o desenvolvimento sustentável. Como apontado por Quintana Sequeira et al. (2023), essa abordagem reduz riscos e gera valor econômico, social e ambiental de forma integrada, consolidando o papel das empresas no avanço da agenda global de sustentabilidade.

4.5 CASES DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA NO SETOR AGROPECUÁRIO

A BRF tem se destacado no setor agropecuário por sua atuação estratégica na promoção de práticas sustentáveis, alinhadas aos princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Suas iniciativas têm contribuído significativamente para o fortalecimento de cadeias de valor, a redução de impactos ambientais e a melhoria das condições socioeconômicas de pequenos produtores.



Quadro 03 – Case BRF

| Prática RSC | Prática ESG | Impactos e Resultados | ODS Relacionados | Fonte |
|--|---|--|--|--------------|
| Promoção de práticas sustentáveis em suas operações, com investimento em ativos florestais destinados à produção de biomassa renovável, contribuindo para a redução do impacto ambiental e geração de energia renovável. | 1. Uso responsável de recursos naturais: utiliza cerca de 27 mil hectares de ativos florestais distribuídos por diversas regiões brasileiras para produção de biomassa. | - Geração de energia limpa a partir de biomassa, substituindo fontes fósseis. - Contribuição direta para a captura de carbono e a redução de emissões de CO ₂ (números podem ser detalhados em relatórios complementares). | ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). | BRF (2023) |
| | 2. Capacitação e engajamento das comunidades locais. | - Impacto direto em comunidades locais através da capacitação de trabalhadores e geração de empregos em regiões próximas aos ativos florestais. - Fortalecimento das economias locais e promoção de desenvolvimento sustentável. | | |
| | 3. Investimento contínuo em inovação: em 2023, a BRF investiu R\$ 8,4 milhões em projetos para otimizar o aproveitamento energético. | - Inovação voltada para eficiência energética, contribuindo para maior produtividade e menor consumo de recursos naturais. - Apoio a novas tecnologias para transição energética sustentável. | | |

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A Cargill tem se destacado como uma das principais empresas globais no setor agroalimentar, adotando estratégias inovadoras e sustentáveis para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos. Suas iniciativas abrangem desde a implementação de práticas agrícolas regenerativas e gestão eficiente de recursos hídricos até programas de capacitação que beneficiam milhões de pequenos produtores rurais. Com investimentos robustos em sustentabilidade e esforços contínuos para promover inclusão e equidade, a Cargill desempenha um papel crucial no fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis, na mitigação de impactos ambientais e na criação de oportunidades econômicas para comunidades em várias regiões geográficas.



Quadro 04 – Case Cargill

| Prática RSC | Prática ESG | Impactos e Resultados | ODS Relacionados | Fonte |
|---|---|---|--|---------------------------------|
| Promoção de práticas agrícolas sustentáveis, com investimentos em programas de eficiência e sustentabilidade nas operações. | Implementação de práticas de gestão de água em instalações prioritárias e promoção de práticas agrícolas regenerativas. | <ul style="list-style-type: none"> - Investimento de US\$ 78 milhões em projetos de eficiência e sustentabilidade nas operações. - Redução de 10,97% nas emissões operacionais absolutas de gases de efeito estufa em relação à linha de base de 2017. - Reaproveitamento de mais de 9 bilhões de litros de água no ano fiscal de 2023. - Avanço de práticas agrícolas regenerativas em 880.000 acres de terras agrícolas na América do Norte desde 2020. | <ul style="list-style-type: none"> ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), ODS 15 (Vida Terrestre). | Relatório ESG da Cargill (2023) |
| Capacitação e apoio a produtores rurais para adoção de práticas agrícolas sustentáveis. | Treinamentos para agricultores em práticas agrícolas sustentáveis e promoção de diversidade, equidade e inclusão. | <ul style="list-style-type: none"> - Participação de 6,4 milhões de treinamentos de agricultores desde 2017. - Compromisso de alcançar a paridade de gênero na liderança até 2030, com 34,8% de mulheres em cargos de liderança até o momento. - Distribuição de mais de US\$ 115 milhões para apoiar parceiros e comunidades locais, fornecendo mais de 20 milhões de refeições globalmente no ano fiscal de 2023. | <ul style="list-style-type: none"> ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 10 (Redução das Desigualdades). | Relatório ESG da Cargill (2023) |

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Os quadros apresentados sintetizam de forma clara e objetiva as ações da BRF e da Cargill no âmbito da RSC, do ESG e do alinhamento das ações com os ODS, assegurando os respectivos



compromissos corporativos com as metas globais de sustentabilidade. Essas iniciativas reforçam posições como líderes e comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a promoção de práticas responsáveis.

4.6 ENTRAVES E DESAFIOS

Os *frameworks* RSC, ESG e ODS surgem como respostas a desafios históricos e contemporâneos relacionados à exploração de recursos naturais e da força de trabalho, processos de confiabilidade contábil, desvios de conduta legal, exclusão de minorias, questões estas que moldaram um contexto de práticas predominantemente tradicionais, especialmente no setor agropecuário brasileiro. Contudo, a implementação prática destas ferramentas enfrenta desafios significativos e decisivos que podem ser agrupados em quatro eixos principais:

1. Complexidade de Implementação: A adoção desses mecanismos requer investimentos iniciais substanciais para adaptar infraestruturas, capacitar equipes e integrar tecnologias mais sustentáveis. Tais adaptações indicam a necessidade de uma transformação cultural corporativa, alinhando-se a padrões internacionais de sustentabilidade (Agripino et al., 2021). Este processo demanda esforços integrados de empresas para reinventar suas abordagens estratégicas em direção a modelos de negócios regenerativos e éticos (Veroneze, 2021).
2. Desafios Regulatórios e de Compliance: O cumprimento de regulamentações é particularmente desafiador em regiões onde a legislação é menos desenvolvida, como nas áreas rurais brasileiras, onde as empresas enfrentam dificuldades para alinharem-se aos padrões internacionais (Agripino et al., 2021). Este cenário exige maior diálogo entre o setor público e privado para harmonizar exigências legais e promover práticas sustentáveis de maneira eficaz.
3. Resistência Cultural e Organizacional: A introdução de práticas sustentáveis frequentemente encontra resistências culturais e organizacionais, especialmente em setores tradicionais como o agropecuário. A transição para um modelo corporativo sustentável exige estratégias que promovam educação e capacitação técnica, fundamentais para a aceitação de novas tecnologias menos agressivas aos ecossistemas (Veroneze, 2021). Essa transformação cultural é indispensável para alinhar as práticas empresariais às exigências globais de sustentabilidade.
4. Dificuldade de Mensuração e Transparência: A ausência de indicadores consistentes para avaliar o impacto dos mecanismos RSC, ESG e ODS compromete a credibilidade das iniciativas. Desenvolver métricas claras e transparentes é essencial, considerando que financiadores, investidores e consumidores (*stakeholders*) cada vez mais utilizam tais informações como critérios decisivos em seus processos de escolha (Agripino et al., 2021; Veroneze, 2021).



Assim, a adaptação ao novo cenário corporativo global é fundamental para a viabilidade de longo prazo das empresas. No setor agropecuário, especificamente, a rastreabilidade de processos e produtos está se tornando uma exigência crescente nas cadeias produtivas. É imperativo que esforços de adequação sejam incorporados aos planejamentos estratégicos corporativos, visando atender às demandas de sustentabilidade e fortalecer a competitividade das empresas.

O tema deste subitem demanda uma análise particular dada a complexidade multifatorial dos entraves e desafios para implementação dos mecanismos em epígrafe, o que está no rol das preocupações e pretensões dos autores deste artigo para realização de novas pesquisas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração dos conceitos de Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC), Environmental, Social, and Governance (ESG) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) oferece uma oportunidade transformadora para o setor agropecuário enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos. Historicamente marcado por práticas que geraram impactos negativos significativos ao meio ambiente e às condições sociais de trabalho, o setor agropecuário encontra, nessa convergência de abordagens, ferramentas estratégicas para mitigar sua reputação negativa e se reposicionar como protagonista na agenda global de sustentabilidade.

Os resultados da pesquisa indicam que a combinação dessas três abordagens cria um *framework* robusto para empresas do setor agropecuário formularem uma agenda corporativa de sustentabilidade. Enquanto os ODS oferecem uma visão global e metas claras para o desenvolvimento sustentável, os ESG fornecem métricas específicas e monitoráveis, e a RSC atua como um elemento de conexão que transforma essas diretrizes em ações concretas. Juntas, essas ferramentas não apenas promovem a transição para um modelo corporativo mais sustentável, mas também geram valor econômico e social, fortalecem a resiliência empresarial e garantem o alinhamento às expectativas crescentes dos *stakeholders*.

A adoção integrada dessas estratégias permite às empresas agropecuárias superarem os entraves históricos relacionados à degradação ambiental, às violações trabalhistas e de normativos legais, oferecendo um caminho para práticas regenerativas, socialmente justas e transparentes. Ao implementar iniciativas como redução de emissões de gases de efeito estufa, proteção da biodiversidade, desenvolvimento de comunidades rurais e inovação tecnológica em práticas agrícolas, as empresas não apenas cumprem seu papel na mitigação da crise climática, mas também garantem maior atratividade para investidores, consumidores e mercados conscientes. Além disso, o alinhamento com os critérios ESG e os ODS promove melhorias na governança corporativa, incentivando a transparência, o respeito aos direitos humanos e a inclusão social.



É importante reconhecer, no entanto, que o processo de transformação para um modelo sustentável não é simples nem imediato. A implementação de práticas integradas de RSC, ESG e ODS exige a superação de barreiras estruturais, culturais e financeiras, bem como o desenvolvimento de métricas confiáveis para mensuração e relato de impactos. Apesar desses desafios, a integração dessas abordagens representa uma valorosa oportunidade de reposicionar o setor agropecuário como agente de mudança em direção a um futuro mais justo, sustentável e equilibrado.

Portanto, responder à questão central deste estudo – como integrar RSC, ESG e ODS na formulação de uma agenda corporativa de sustentabilidade no setor agropecuário – envolve reconhecer a complementaridade estratégica dessas ferramentas e seu potencial para transformar a cultura corporativa do setor. Essa integração não apenas alinha as empresas às demandas contemporâneas por justiça social e sustentabilidade ambiental, mas também lhes permite prosperar em um mercado cada vez mais competitivo e sensível às questões socioambientais.

Com base nas lacunas identificadas ao longo da pesquisa, sugere-se explorar áreas como o desenvolvimento de novos indicadores de impacto que combinem métricas ESG e ODS, em caráter específico para o setor agropecuário, bem como estudos de caso que investiguem a implementação prática dessas abordagens em diferentes contextos regionais e culturais, com olhar apurado para os entraves e desafios gerados a partir das iniciativas de sua implementação. Além disso, pesquisas sobre a percepção dos stakeholders – consumidores, investidores e comunidades locais – em relação às práticas integradas de sustentabilidade podem oferecer insights valiosos para orientar estratégias corporativas mais eficazes.



REFERÊNCIAS

- Adams, R. B., & Ferreira, D. (2009). Women in the boardroom and their impact on governance and performance. *Journal of Financial Economics*, 94(2), 291-309.
- Agripino, N. E., Maracajá, K. F. B., & Machado, P. A. (2021). Sustentabilidade empresarial no agronegócio: Percursos e implicações. *Research, Society and Development*, 10(7), e30210716567. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16567>
- Alvarez-Ochoa, C. P., Rendón Acevedo, J. A., & Naranjo Tuesta, Y. (2024). Sustainability strategy in agribusiness: A bibliometric and systematic analysis of the literature. *Discover Sustainability*, 5(316). <https://doi.org/10.1007/s43621-024-00530-w>
- Bhattacharya, C. B., Sen, S., & Korschun, D. (2008). Using corporate social responsibility to win the war for talent. *MIT Sloan Management Review*, 49(2), 37-44.
- BRF. (2023). Relatório integrado 2023. São Paulo: BRF. Recuperado em 12 de dezembro de 2024, de <https://www.brf-global.com/sustentabilidade/como-atuamos/relatorio-integrado/>
- Cargill. (2023). Relatório ESG 2023. Wayzata, MN: Cargill. Recuperado em 12 de dezembro de 2024, de <https://www.cargill.com/sustainability/2023-esg-report>
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38(3), 268-295.
- Clark, G. L., Feiner, A., & Viehs, M. (2015). From the stockholder to the stakeholder: How sustainability can drive financial outperformance. University of Oxford, Arabesque Partners.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum* (2^a ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Costa, E., & Ferezin, N. B. (2021). ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: O tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. *Revista Alterjor*, 24(2), 79-95.
- Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2014). The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance. *Management Science*, 60(11), 2835-2857. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2014.1984>
- Embrapa. (2018). Integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF): Sustentabilidade na produção agrícola. Brasília, DF: Embrapa. Recuperado em 12 de dezembro de 2024, de <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1101780/1/ILPF.pdf>
- Franco, J. L. A., et al. (2012). História ambiental: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza (1^a ed.). Rio de Janeiro: Garamond.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman.
- Friedé, G., Busch, T., & Bassen, A. (2015). ESG and financial performance: Aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 5(4), 210-233.



Hernández-Pajares, J. (2023). Exploring the research on sustainability reporting: A comprehensive bibliometric and literature review in the Latin American context. *J. Environ. Manag. & Sust.*, 12(1), 1-44. <https://doi.org/10.5585/2023.22801>

Khan, M., Serafeim, G., & Yoon, A. (2016). Corporate sustainability: First evidence on materiality. *The Accounting Review*, 91(6), 1697-1724.

Krug, S. J., Padula, A. D., & Waquil, P. D. (2024). Práticas de sustentabilidade ESG, desempenho econômico, princípios do cooperativismo e ODS nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Agronegócio*, 22(1). <https://doi.org/10.1590/rea.v22n1.17771>

Lima, A. A., & Ribeiro, T. de L. S. (2023). Mapping sustainable development goals research in social sciences: A bibliometric analysis. *SDGs Review*, 3, e01562. <https://doi.org/10.37497/2965-730X.SDGsReview.v3.n00.pe01562>

McWilliams, A., & Siegel, D. (2001). Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. *Academy of Management Review*, 26(1), 117-127.

Machado, M. E. B., Conti, D. de M., Ayarza, J. A. C., & Silva Filho, C. F. (2023). Responsabilidade Social Corporativa: Uma análise das grandes empresas do setor de agronegócio no Brasil. *Lifestyle Journal*, 10, e01564. <https://doi.org/10.19141/2237-3756.lifestyle.v10.n00.pe01564>

Mota, L., Leite, E., & Ghasemi, V. (2024). Exploring the impact of climate change on lodging establishments: A systematic literature review. *Quality & Quantity*. <https://doi.org/10.1007/s11135-024-01834-9>

Nascimento, G. C. do. (2023). Estratégia ESG para cooperativas agropecuárias: Metodologia para diagnóstico de maturidade e priorização de objetivos. [Artigo de especialização, MBA em Gestão Estratégica, Universidade Federal do Paraná].

Orlitzky, M., Siegel, D. S., & Waldman, D. A. (2011). Strategic corporate social responsibility and environmental sustainability. *Business & Society*, 50(1), 6-27.

Pinheiro, L., Pinheiro, B., & Paiva, L. (2023). Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro: Uma análise de empresas listadas na B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 22, 2023. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202333811>

Porter, M., & Kramer, M. R. (2011). Creating shared value. Boston, MA: FSG.

Pretty, J. N., et al. (1995). Participatory learning and action: A trainer's guide.

Quintana Sequeira, D., Bortoluzzi, S., & Tortato, U. (2023). Contribuciones del sector azucarero a los ODS: Una evaluación de la industria por medio de sus informes de sostenibilidad. *Revista SODEBRAS*, 18(210), 132-141. <https://doi.org/10.29367/issn.1809-3957.18.2023.210.132>

Quirino, T. R., Luiz, A. J. B., & Dias, E. C. (1999). Tecnologias agropecuárias e impacto ambiental: Uma agenda para a pesquisa. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 16(2), 69-96.

Raveloaritiana, E., & Wanger, T. C. (2024). Mitigating climate change through sustainable agricultural practices: Pathways for reducing greenhouse gas emissions. *Environmental Sustainability*.



Romão, B. J. P., Siqueira, D. D., Camara, R. P. de B., & Paiva, S. B. (2023). Responsabilidade social corporativa e os objetivos do desenvolvimento sustentável à luz da teoria da legitimidade. *ConTexto - Contabilidade em Texto*, 23(54), 97-114.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/130081>

Schrippe, P., & Medeiros, F. S. B. (2019). Influência da dimensão ambiental na responsabilidade social corporativa nas empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Convibra Conference.

Silva, M. A. (2024). Desenvolvimento rural sustentável e agroecologia: Uma abordagem integrada para a sustentabilidade ambiental e social. *Revista Educação Ambiental em Ação*, 87.
<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=4897>

Souza, T. R., Brighenti, J., & Hein, N. (2016). Investimentos ambientais e desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). *Revista Reuna*, 21(2), 97-114.

Veroneze, S., Schmidt, O., Dal Magro, C. B., & Mazzioni, S. (2021). Responsabilidade social corporativa e adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Revista de Administração IMED*, 11(1), 113-137. <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2021.v11i1.4379>

